

Trabalho de Conclusão de Curso (2025)

IMPACTO DA PANDEMIA NA EMPREGABILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO CONTÁBIL: UMA ANÁLISE DOS DADOS DO CAGED

Daniel Victor Oliveira da Silva¹, Alessandro Gonçalves da Silva Prado²

RESUMO

A pesquisa buscou investigar como a pandemia de COVID-19 impactou a empregabilidade no setor contábil no Brasil, analisando a influência da crise na criação e preservação de empregos na contabilidade, os desafios enfrentados pelos profissionais e as mudanças na demanda por serviços contábeis. A metodologia baseou-se em uma abordagem quantitativa, utilizando dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), contemplando as séries histórica e atualizadas do banco de dados, além de variáveis macroeconômicas como PIB e IPCA. Para a análise dos dados, foi empregado o modelo estatístico de Diferenças em Diferenças (DiD), que permitiu avaliar de forma robusta os efeitos causais da pandemia sobre os saldos líquidos de emprego no setor. Os resultados destacaram que os profissionais da contabilidade sofreram impactos negativos mais acentuados que outros profissionais da área administrativa, apresentando saldos líquidos negativos de emprego.

Palavras-chave: Empregabilidade. Setor Contábil. Pandemia de COVID-19. Diferenças em Diferenças (DiD).

1. INTRODUÇÃO

Os primeiros casos de COVID-19 no Brasil foram registrados em fevereiro de 2020. Com sua confirmação, os impactos imediatos se manifestaram na economia, na saúde e na sociedade como um todo. Diversos setores econômicos foram profundamente afetados pela disseminação do vírus, forçando todos os agentes do mercado a se adaptarem rapidamente para enfrentar a crise. (Russo; Corseuil, 2021).

O setor contábil, vital para a saúde financeira das empresas, não foi exceção. Além de se ajustar ao novo cenário, enfrentou novas demandas, como a necessidade de rápidas adaptações às mudanças tributárias e regulatórias, serviços de consultoria e planejamento estratégico, suporte gerencial, além da digitalização acelerada dos serviços contábeis. (Alves *et al.* 2020; Alvarenga *et al.* 2020; Souza, Kachenski e Costa, 2021).

Russo e Corseuil (2021) observaram que a taxa de desemprego, que estava em declínio, voltou a subir, atingindo 14,4%. Inicialmente, essa taxa se manteve próxima ao índice do ano anterior, de 11,8%. Por outro lado, a taxa de ocupação apresentou uma variação significativa, o que, segundo os autores, pode ser explicado pela transição direta de trabalhadores da ocupação para a inatividade.

Dessa forma, no início da crise, a taxa de desemprego permaneceu em níveis mais baixos, enquanto a inatividade atingiu patamares alarmantes. Este artigo busca explorar como

¹ Bacharelado em Ciências Contábeis.

² Doutor em Economia, Mestre em Ciências Contábeis.

a pandemia impactou a empregabilidade no mercado de trabalho contábil, utilizando dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

De acordo com Alves *et al.* (2020), os escritórios contábeis não registraram inicialmente aumento significativo nas demissões, provavelmente devido ao crescimento na demanda por seus serviços. Essa realidade contrasta fortemente com setores como alojamento, alimentação e trabalho doméstico, que enfrentaram impactos severos (Russo; Corseuil, 2021). Compreender esses efeitos diferenciados no mercado contábil é fundamental, pois os conhecimentos adquiridos podem orientar estratégias eficazes em futuras crises econômicas.

Como a pandemia de COVID-19 impactou a empregabilidade no setor contábil no Brasil? Esta pesquisa objetiva investigar essa questão, analisando a influência da crise na criação e preservação de empregos na contabilidade, os desafios enfrentados pelos profissionais e as mudanças na demanda por serviços contábeis.

O objetivo é avaliar por meio da análise os dados do CAGED para avaliar o impacto da pandemia na empregabilidade do setor contábil. A escolha do CAGED se justifica por sua confiabilidade e por oferecer uma ampla base de informações, permitindo uma análise abrangente dos acontecimentos. Esta pesquisa pretende identificar os parâmetros de contratação e demissão, as variações no número de ocupados e na quantidade de empregos disponíveis, além das características que se destacaram durante e após a pandemia.

Embora existam estudos sobre os efeitos da pandemia no mercado de trabalho e em outros setores, há uma lacuna em relação à análise do mercado de trabalho contábil. Este trabalho pretende preencher essa lacuna ao definir parâmetros mais específicos para o setor contábil e utilizar dados do CAGED para obter uma visão mais ampla de todo o período da pandemia. Dessa forma, busca-se alcançar um entendimento mais profundo e factual, além de contribuir para a literatura existente sobre o impacto de crises econômicas e desastres naturais.

De modo geral, a análise deste tema é relevante tanto para a prática contábil quanto para a academia. Para a prática, entender como o setor contábil lidou com a crise da COVID-19 pode ajudar organizações e profissionais a se prepararem melhor para futuras situações adversas, identificando os principais desafios e ajustando suas estratégias.

Para a academia, o estudo oferece uma perspectiva detalhada e específica que pode servir como base para pesquisas futuras, além de enriquecer a literatura sobre crises econômicas e suas repercussões, fornecendo dados empíricos que podem ser utilizados nos planejamentos e desenvolvimentos de políticas públicas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Impacto Mercado de Trabalho: Desemprego e Crises Econômicas

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) para calcular o número de desempregados. São consideradas desempregadas as pessoas em idade de trabalhar que não estão empregadas, mas estão disponíveis e em busca de trabalho, o que é representado pela taxa de desocupação. Os que estão empregados são classificados como ocupados, enquanto a população inativa inclui estudantes, aposentados e aqueles que gostariam de trabalhar, mas desistiram de procurar emprego.

Criado pela Lei nº 4.923 como um Registro Administrativo para admissões, dispensas e transferências de trabalhadores regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) foi aprimorado ao longo do tempo para atender às demandas emergentes. A evolução permitiu a geração de estatísticas mais completas, consistentes e ágeis, possibilitando, a partir de 1983, o cálculo do índice mensal de emprego, da taxa de rotatividade e da flutuação da mão de obra.

O método de imputação utilizado visa ajustar as informações do eSocial e do Caged para garantir a precisão e a confiabilidade das estatísticas do emprego formal durante a transição entre essas fontes de dados. Sua implementação ocorreu em janeiro de 2020,

adaptando o sistema às necessidades do cenário e assegurando a tempestividade das informações.

Se inserir no mercado de trabalho brasileiro, possuir um emprego formal e estável é um desafio histórico, altas taxas de desemprego e um grande número de trabalhadores informais é praticamente uma característica do país (Filho; Veloso, 2022). Duarte, Marzullo e Schumann (2021) concatenam o desenvolvimento brasileiro a uma dependência do mercado internacional, além de que, as políticas adotadas pelo país ao longo de sua história só acentuam o desemprego e a precarização do trabalho.

Ulyssea (2006), o mercado de trabalho brasileiro ainda na década de 80 já possuía em sua composição uma fatia expressiva de trabalhadores informais, o que se tornou ainda mais expressivo durante a década de 90. Por outro lado, a taxa de desemprego mantinha-se consideravelmente baixa. (Amadeo., et al. 1994). De acordo com Veloso e Filho (2022), já na década de 90 houve um aumento na taxa de desemprego e um aumento na taxa de informalidade até o final da década de 90.

Veloso e Filho (2022) entre o início dos anos 2000 até 2014 houve uma queda na taxa de desemprego, entretanto o intervalo de tempo entre 2014 e 2016 foi o momento temporal de recessão, o que fez com que as taxas de desemprego subirem de maneira significativa. Nesse mesmo espaço de tempo o país registra até aquele momento a maior queda na economia, na série histórica disponibilizadas pelo IBGE (Russo; Courseuil, 2021).

E em 2020 o mundo se encontra diante da Crise da Covid-19, o Brasil, ainda em recuperação da recessão de 2014, começava a dar pequenos sinais de retomada econômica, com uma leve redução nas taxas de desemprego (Mattei; Heinen, 2020). A recessão impactou principalmente o investimento e o consumo, já a pandemia impactou ainda mais a economia, abrangendo outros setores e componentes da economia (Russo; Courseuil, 2021).

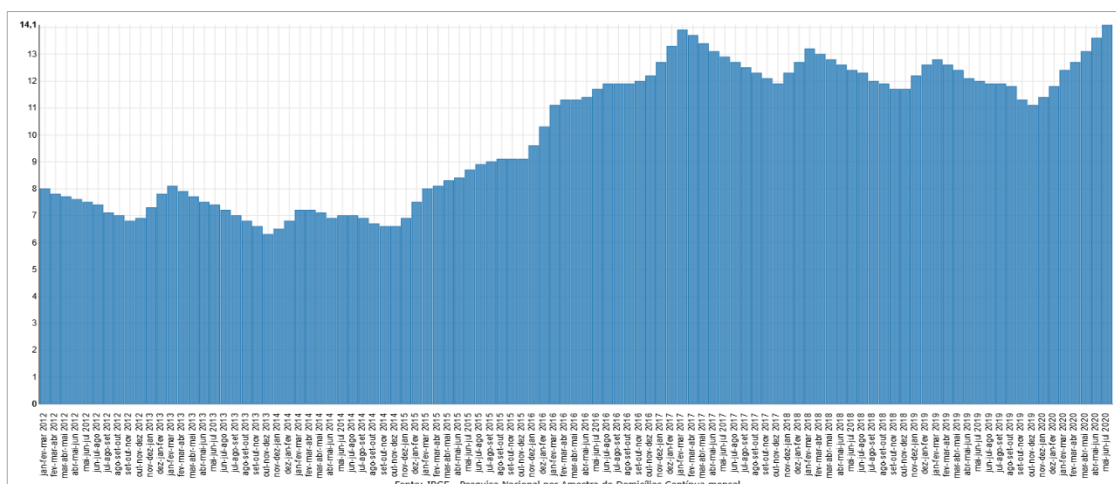
A taxa de desemprego, que era de 13% no início de 2017, mostrou sinais de redução, atingindo 11% no final de 2019. No entanto, voltou a subir durante a pandemia. Por outro lado, a taxa de ocupação da PNAD Contínua revela uma situação ainda mais crítica, indicando que menos da metade da população estava empregada (Russo; Courseuil, 2021).

Duarte, Marzullo e Schumann (2021) corroboram a situação do mercado de trabalho brasileiro apesar de demonstrar sinais de recuperação, não eram expressivos, ademais ainda houve um aumento na desocupação de 2019 para 2020. Mattei e Heinen (2020) identificam que a situação do mercado de trabalho brasileiro já estava ruim e em relação ao emprego, vulnerável.

Veloso e Filho (2022), a taxa de desemprego que passou por oscilações desde os anos 2000 e estava em ascensão desde 2014 alcançou em 2020 13,7%, dessa forma sendo a maior marca desde 1992. É possível afirmar que antes mesmo da Covid-19, a situação do mercado de trabalho formal já estava em uma situação delicada, o que só foi agravado com a pandemia (Duarte *et al.*, 2021).

O gráfico 1 apresenta o histórico da taxa de desocupação (desemprego) para os trimestres móveis de janeiro 2012 a julho de 2020, usando a PNAD Contínua. A taxa de desemprego que mantinha-se oscilando entre 6% a 8 % ao longo dos anos passa a ter uma mudança logo no fim de 2014, a recessão de 2015 mostra indícios de crescimento para essa variável, como visto no gráfico esses valores atingem em 2017 13,9% onde a partir desse ponto começa uma queda, entretanto se mantém acima dos 11%, voltando a possuir uma inclinação de ascensão durante a pandemia.

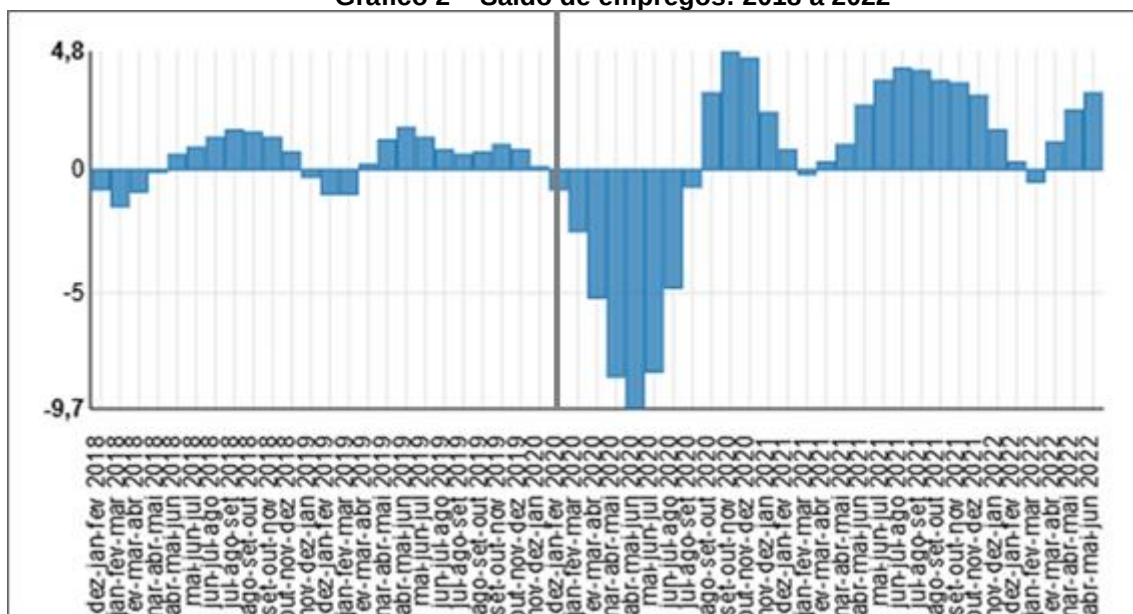
Gráfico 1 – Taxa de desemprego: janeiro 2012 a julho de 2020



Fonte: SIDRA IBGE (2025).

A população ocupada, que inclui empregados com ou sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria, funcionários públicos e trabalhadores domésticos, atingiu níveis extremamente baixos, com uma queda de -9,7%, conforme gráfico 2. Segundo Mattei e Heinen (2020), a maior redução na força de trabalho em relação à série histórica da PNAD Contínua desde 2012 foi impulsionada pelas repercussões da pandemia. Além do impacto direto do vírus, outros fatores contribuíram, como a baixa eficácia das políticas econômicas de apoio ao setor empresarial e a reduzida expectativa de encontrar emprego durante o período (Mattei; Heinen, 2020).

Gráfico 2 – Saldo de empregos: 2018 a 2022



Fonte: IBGE CAGED (2025).

Uma parcela significativa dos trabalhadores passou a ser categorizada como força de trabalho potencial. No trimestre encerrado em abril de 2020, a taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial atingiu um patamar em que um em cada quatro brasileiros que desejavam trabalhar não conseguiam. Alguns motivos podem ser apontados como a escassez de vagas de trabalhos, estabelecimentos fechados, entre outros, fez com que houvesse uma queda acentuada na demanda. Essa parcela da população assemelhou-se aos desocupados, já que também se encontrava sem renda do trabalho.

Os efeitos da pandemia foram sentidos praticamente em todos os setores, uns mais do que os outros, no segundo trimestre de 2020 os setores mais afetados foram Alojamento e Alimentação e Trabalho doméstico, onde as quedas passaram de 20%. Números esses que podem ter sido influenciados pelas medidas sanitárias impostas pelo Governo na tentativa de conter o vírus, como distanciamento social e o *lockdown* (Russo; Courseuil, 2021).

A taxa de informalidade no mercado brasileiro passou por mudanças significativas nas últimas duas décadas. Após uma recessão entre 2014 e 2016, observou-se uma tendência de crescimento contínuo, atingindo aproximadamente 47,5% em 2019. Com a pandemia, houve uma redução, que foi ainda mais acentuada em comparação ao mercado formal, levando a uma diminuição da taxa de informalidade em 2020. No entanto, em 2021, a recuperação desse mercado fez com que a informalidade superasse os níveis pré-pandemia. De modo geral, a pandemia também teve um impacto significativo sobre os trabalhadores informais. (Veloso; Filho, 2022).

Mattei e Heinem (2020) destacam que, entre 2014 e 2020, a distribuição da força de trabalho no mercado brasileiro, por setores econômicos, revelou que o setor de serviços concentrava a maior parte dos empregados, com 66%. Somando-se ao comércio, esse percentual atingiu 71% no início de 2020. Esse cenário, associado às medidas sanitárias adotadas para conter a propagação do vírus, tornou esses setores particularmente vulneráveis aos impactos contundentes da pandemia.

As empresas, por sua vez, passaram por um processo de transformação em que a única alternativa ao fechamento foi a adaptação. Dessa forma, precisaram desenvolver medidas, estratégias e alternativas para continuar operando. Entre as soluções mais adotadas, destacam-se o modelo de funcionamento apenas para entregas ou online, a redução de horários e a adoção do teletrabalho (*home office*) (SEBRAE).

Em casos em que a empresa não conseguiu se adaptar ou onde a mudança não era viável, a demissão tornou-se a opção mais factível. Além disso, muitas empresas de diversos setores viram-se obrigadas a contrair empréstimos para manter seus negócios ativos sem precisar recorrer a demissões (SEBRAE).

Lima (2000) destaca que a contabilidade, em seu papel de linguagem universal dos negócios, deve se fazer presente também em momentos de crise, seja como fonte de suporte, orientação ou auxílio. Dessa forma, os empresários, independentemente do porte de seus negócios, precisam ter consciência de que uma contabilidade bem estruturada pode ser indispensável para manter suas empresas ativas.

Os escritórios também sentiram os impactos da pandemia junto com seus clientes. Como um ramo que lida com diversos clientes e naturezas de negócios distintos, houve a necessidade de abordar cada caso de forma específica. Os efeitos da crise trouxeram grandes desafios, além de ansiedade e cansaço, mas também oportunidades, mudanças e uma curva de aprendizado acentuada (Oliveira Alvarenga et al., 2020).

Em contrapartida, os escritórios contábeis viram-se com um aumento nas demandas requisitadas pelas empresas, sendo tanto as obrigações habituais das empresas, quanto os ajustes para enquadrar-se sejam nas medidas provisórias, portarias, novas normas ou leis (Oliveira Alvarenga et al., 2020). Nota-se assim a importância da contabilidade para a manutenção de empresas de diversos ramos e negócios diferentes.

Entretanto, as medidas de distanciamento social, lockdowns, suspensão de serviços e outras restrições também atingiram os escritórios, incluindo os serviços contábeis. Assim, como outras empresas, os escritórios tiveram que se adaptar. Entre as medidas adotadas, não se limitando apenas a elas, destacou-se o teletrabalho (*home office*), prática que se estendeu aos escritórios (Oliveira Alvarenga et al., 2020).

Uma mudança considerada positiva e que deve permanecer nas empresas foi o impulso na aceleração da transformação digital no Brasil. Em 2022, os gastos e investimentos em TI representaram 8,7% da receita das empresas, segundo o Centro de Tecnologia da Informação Aplicada (FGVCia) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP). Outro dado relevante do FGVCia é que essa aceleração correspondeu ao que era esperado para um período de um a quatro anos.

A contabilidade no que lhe diz respeito, já tem estado ao longo dos anos mais próxima com a transformação digital, sendo uma área que a todo momento encara a mudança, seu contato com tecnologias tem sido amplificado ao longo dos anos e dessa maneira torna-se mais aproximados. O profissional contábil deve se envolver com as tecnologias, como forma de se aprimorar nesse ambiente digital, por consequência utilizar a contabilidade no que é em sua essência (Roberto Fredo *et al*, 2023).

Devido ao contexto da pandemia, o *home office* passou a ser uma alternativa factível e necessária para que os serviços contábeis permanecem ativos, na pesquisa realizada por Oliveira Alvarenga *et al.* (2020), foi identificado que apesar de metade dos respondentes não estarem preparado para essa modalidade de trabalho, a maioria de não encontrou dificuldades em trabalhar longe de sua equipe. Uma possível justificativa pode ser a utilização de *softwares* que permitam integrantes de equipes interagirem com mais facilidade.

França (2022) ressalta que ferramentas antes subutilizadas passaram a ser aplicadas de forma a otimizar e garantir a continuidade das rotinas e processos de trabalho. Entre elas, destacam-se o E-social, que se tornou mais prático ao integrar-se com outros órgãos, e a CTPS Digital, que centraliza informações essenciais dos funcionários.

A escassez de caixa e de receitas impactou principalmente os mais vulneráveis, como pequenos negócios, famílias de baixa renda e trabalhadores informais. Esse cenário evidenciou que o risco de falências e demissões em massa tornou-se realidade para muitas empresas, aumentando a possibilidade de uma recessão econômica global (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, 2020).

Garcia e Bezerra (2020) identificaram que empresas que já possuíam um acompanhamento recorrente com escritórios de contabilidade encontraram maior facilidade em permanecerem ativas, ressaltando assim a importância de empresas estarem sendo acompanhadas no quesito gerencial também. Em um momento tão crítico de crise, sem dúvidas a contabilidade possibilitou que muitos negócios mantivessem vivos durante a crise.

Se para muitos estabelecimentos e negócios a tendência durante a pandemia foram fechar as portas, suspender suas atividades, os escritórios viram-se diante de uma maior carga de trabalho, de estudos para acompanhar as mudanças, de verem clientes fecharem seus negócios, ou verem seus honorários serem reduzidos. Em um contexto tão caótico, a mudança virou norma.

Oliveira Alvarenga *et al.* (2020) identificaram que, para seus respondentes, a carga de trabalho aumentou significativamente. Essa tendência pode ser explicada pelo maior interesse dos empresários, pelas mudanças na área tributária e pelas alterações na gestão de pessoal, sendo esta última a que demandou mais esforço (Santos; Mota, 2023). Por outro lado, Garcia e Bezerra (2020) constataram que o setor que mais preocupou as empresas foi o tributário.

Araujo e Silva (2021) destacam que os escritórios sofreram impactos financeiros significativos, com perdas de até 30% em alguns casos. As principais causas foram os descontos concedidos para manter a carteira de clientes ativa, além de parcelamentos oferecidos àqueles fortemente afetados pela crise. Oliveira Alvarenga *et al.* (2020) corroboram essa análise ao apontar que apenas 24% de sua amostra recebia honorários normalmente, enquanto 76% solicitaram redução ou isenção nos pagamentos dos serviços contábeis.

2.2. Políticas Públicas e Medidas Governamentais

Em 20 de março de 2020, o Governo brasileiro reconheceu a situação como estado de calamidade pública, momento que exigiu dos governantes a adoção de medidas e ações para estabilizar o cenário. A partir de então, foram desenvolvidas políticas públicas com o objetivo de reduzir a disseminação do vírus, manter o mercado ativo e mitigar os impactos da crise (Russo; Courseuil, 2021).

No início da pandemia, quando ainda não havia vacinas, o Ministério da Saúde orientou a adoção de medidas coletivas, como distanciamento físico, etiqueta respiratória, higienização das mãos, uso de máscaras e isolamento de casos suspeitos e confirmados.

Lockdowns foram implementados, e as pessoas passaram por um período de restrição de contatos sociais como forma de proteção.

A OIT (Organização Internacional do Trabalho), responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho, organizou suas recomendações em quatro pilares: 1) estimular a economia e o emprego; 2) apoiar as empresas; 3) proteger os trabalhadores nos locais de trabalho; e 4) utilizar o diálogo social para soluções (Ribeiro, 2020).

No âmbito econômico, o governo brasileiro implementou medidas que, segundo Russo e Courseuil (2021), podem ser divididas em dois pilares, que se encaixam conforme classificação da OIT. O primeiro refere-se ao estímulo à economia e ao trabalho, incluindo políticas fiscais ativas, política monetária expansiva e facilitação ou garantia de empréstimos para setores específicos. O segundo pilar concentra-se no suporte a empresas, empregos e rendimentos.

No primeiro pilar temos como exemplos a instrução normativa nº 43, que regulamentou o adiantamento, parcelamento e suspensão de multa a fornecedoras da união, visando a manutenção de empregos das empresas, sendo revogada apenas em 2022, outro exemplo foi a Emenda Constitucional nº 106/2020, ela dispensa o cumprimento da Regra de Ouro, a adequação orçamentária de propostas legislativas e atos do Executivo que gerem aumento de despesas, desde que não sejam permanentes.

A Lei Complementar nº 173/2020 por sua vez, criou o Programa Federativo de Enfretamento ao Coronavírus, composto por medidas de suspensão do pagamento de dívidas dos estados e municípios, auxílio financeiro aos entes federativos, e reestruturação das operações de crédito.

A Lei nº 14.017/2020, com base na MP nº 990, destinou 3 bilhões de reais aos entes federativos para o setor cultural, visando renda emergencial a trabalhadores, subsídios a espaços culturais e editais públicos. Já a MP nº 938/2020 (Lei 14.041/2020) previu apoio financeiro para compensar perdas de receita dos estados e municípios, com até 16 bilhões de reais (MP nº 939) distribuídos via Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

De acordo com Russo e Courseuil (2021), o Governo Federal transferiu, por meio das MPs 938, 978 e 990, até setembro, o equivalente a 1% do PIB nominal de 2019 para outros entes. Além disso, o governo estimulou as empresas por meio do acesso ao crédito, onde o impacto total das medidas corresponderia a 36% do PIB nominal de acordo com o Banco Central do Brasil (BCB).

Uma decisão alinhada com o que os empresários consideravam mais impactante, segundo pesquisa do SEBRAE para pequenos negócios, foi a disponibilização de linhas de crédito pelo governo, incluindo créditos especiais e garantias para operações de pequenas e médias empresas. O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC) com o objetivo de concessões de garantias e o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE) com objetivo de oferta de crédito. Essas linhas de crédito utilizam como meio de arrecadação o aumento da participação da União em R\$ 27,9 bi no Fundo Garantidor de Operações (FGO), R\$ 20 bi no Fundo Garantidor Investimentos (FGI) e a transferência de R\$ 17 bi da União ao BNDS.

De acordo com Sehnem *et al.* (2020) empresas que conseguem se estabelecer no mercado podem ter uma vantagem competitiva no enfrentamento de crises. Ele argumenta que essas empresas já passaram pelo período inicial de estabelecimento e, portanto, desenvolveram maior capacidade de adaptação a momentos difíceis.

O segundo pilar, focado no suporte a empresas, empregos e rendimentos, teve como objetivos ampliar a proteção social, adotar políticas para preservar empregos e oferecer alívio financeiro e fiscal às empresas. O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), estabelecido pela MP 936 e posteriormente convertido na Lei nº 14.020, visava preservar empregos e renda, garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais e reduzir o impacto social da crise. Para isso, utilizou mecanismos como a redução proporcional da jornada e do salário, além da suspensão temporária de contratos.

O Auxílio Emergencial (AE), Lei nº 13.982/2020 com alvo para aqueles sem vínculo formal de emprego além de outros requisitos concedeu durante três meses o valor de R\$ 600, vale salientar que para mulheres provedoras da família monoparental recebeu o valor de R\$ 1.200, a MP nº 1.000 prolongou o benefício até o fim de dezembro com um valor reduzido a R\$ 300.

Segundo Russo e Courseuil (2021), estima-se que pelo menos metade dos domicílios brasileiros recebeu algum benefício emergencial durante a pandemia. No Nordeste, esse percentual ultrapassou 60% da população. Além disso, o auxílio emergencial elevou em mais de 70% a renda domiciliar média das famílias mais pobres em agosto.

2.3. Estudos Relacionados

Os impactos da pandemia serão percebidos e analisados ao longo dos próximos anos, com cada setor da economia sendo afetado em diferentes níveis, alguns mais que outros. O mercado de trabalho, que já enfrentava desafios, revelará o quanto a situação se agravou, uma vez que muitas empresas tiveram que adotar medidas para sobreviver, e, dependendo do ramo de atividade, algumas até precisaram suspender suas operações (Mattei; Heinen, 2020).

Quadro 1 – Estudos anteriores

Autor(es)	Objetivo	Resultados
Alves, Junior, Souza, Alves e Rodrigues. (2020)	Investigar as primeiras percepções da crise de COVID-19 na contabilidade, destacando adaptações, mudanças legislativas e desafios enfrentados por contadores e escritórios.	A crise aumentou a demanda por serviços contábeis, evitando demissões no setor. Profissionais enfrentaram dificuldades com home office, preferindo o trabalho presencial.
Alvarenga, Martins, Ferreira, Alvarenga. (2020)	Analisar a atuação e percepções dos profissionais contábeis em São João del-Rei – MG durante a pandemia, considerando desafios e adaptações.	Houve aumento da carga de trabalho devido a mudanças legislativas, maior demanda por consultoria, redução de proventos e expectativas mistas sobre valorização profissional.
Mattei e Heinen (2020)	Analisar os efeitos da crise econômica da COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro, destacando desemprego, renda e políticas governamentais.	A crise agravou desemprego e informalidade, medidas governamentais foram insuficientes, e a degradação do mercado de trabalho tende a se perpetuar.
Garcia e Bezerra (2020)	Analisar a importância da contabilidade gerencial na redução dos impactos negativos causados pela pandemia, destacando a relevância das decisões baseadas em dados contábeis para a continuidade das empresas.	Empresas com acompanhamento contábil gerencial se mantiveram ativas, enquanto aquelas sem acompanhamento enfrentaram maiores dificuldades. A contabilidade gerencial ajudou a enfrentar a crise e favoreceu a gestão eficiente.
Russo e Corseuil. (2021)	Analisar o comportamento da economia e do mercado de trabalho brasileiros durante a pandemia, considerando políticas federais e dados da crise de 2015-2017.	COVID-19 impactou fortemente a economia e o mercado de trabalho, com setores como alimentação e trabalho doméstico mais afetados. Programas emergenciais preservaram empregos e renda, mas a recuperação é lenta e desafiadora.
Araujo e Silva. (2021)	Analisar o impacto da COVID-19 nos escritórios de contabilidade do Rio de Janeiro e as estratégias adotadas para enfrentar adversidades.	O trabalho remoto surpreendeu positivamente, impulsionando produtividade e tecnologia. Escritórios adotaram estratégias visando minimizar impactos financeiros e oferecer serviços diferenciados.

Duarte, Marzullo e Schumann. (2021)	Analisar a estrutura do emprego formal no Rio Grande do Sul antes e durante a pandemia, considerando seus impactos econômicos.	A pandemia agravou uma crise preexistente no Brasil e no estado, refletindo transformações no mercado de trabalho na última década.
Souza, Kachenski e Costa (2021)	Identificar como a crise da COVID-19 afetou o suporte gerencial oferecido pelos contadores em escritórios de contabilidade no Brasil.	Crise ampliou o papel da contabilidade na tomada de decisão e aproximou escritórios de seus clientes, gerando novas oportunidades profissionais.
Sehnen, Magro, Mazzuibu, Filho, Lunkes, Zanella (2021)	Analisar a capacidade de adaptação das empresas em cenários de crise, testando hipóteses com empresários do oeste de Santa Catarina.	A pandemia reduziu a capacidade adaptativa das empresas, mas planejamento estratégico e equipe contribuíram. O agronegócio demonstrou maior resistência. Negócios bem estruturados enfrentaram melhor os desafios financeiros e operacionais da crise.
França (2022)	O estudo analisa os impactos da COVID-19 no departamento pessoal, destacando a adaptação e o papel dos gestores no apoio aos colaboradores.	Adaptações legais, digitalização de processos, otimização da gestão de demandas e uso do E-Social, melhorando a eficiência operacional e auxiliando empresas e colaboradores na tomada de decisão durante a pandemia
Filho e Veloso (2022)	Analisar a evolução do mercado de trabalho brasileiro, os impactos da pandemia e propor políticas para melhorar a empregabilidade e renda.	A pandemia agravou desemprego e informalidade, afetando principalmente trabalhadores vulneráveis. A recuperação foi impulsionada pelo trabalho informal.
Santos e Mota (2023)	Investigar o trabalho do contador durante a pandemia, analisando o uso do home office e sua influência na continuidade empresarial.	A maioria dos escritórios apresentou desempenho satisfatório no <i>home office</i> , contudo, ainda prioriza o modelo presencial, considerando o remoto viável apenas em situações extraordinárias ou imprevistos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No Quadro 1, são apresentados estudos anteriores sobre a pandemia e seus impactos. De modo geral, esses impactos foram negativos e afetaram os setores de maneira heterogênea, resultando em uma queda na empregabilidade e no aumento do desemprego no Brasil. No entanto, ao considerar uma perspectiva mais específica, estudos de Araujo e Silva (2021) e Garcia e Bezerra (2020) indicam que os contadores conseguiram manter seus empregos e, em alguns escritórios, o número de colaboradores até aumentou.

Os estudos mencionam os desafios enfrentados pelos contadores, como o aumento da carga de trabalho devido a mudanças legislativas, a necessidade de oferecer novos serviços e as solicitações de empresas por descontos ou redução de honorários. Por outro lado, também destacam as oportunidades surgidas durante a crise, como a maior proximidade entre escritórios e clientes, permitindo uma participação mais ativa dos contadores em decisões gerenciais. Além disso, serviços como consultoria e planejamento estratégico passaram a ser vistos como oportunidades promissoras para os escritórios.

O *home office* é falado como uma surpresa, uma vez que para os escritórios não sentiram que a modalidade impactou desempenho e continuidade das operações, dessa forma sendo visto com bons olhos, todavia, o modelo tradicional de escritório ainda é a opção

predominante. Em geral, as políticas governamentais foram consideradas insuficientes, fazendo com que as empresas menores sofressem ainda mais com a crise.

Os estudos anteriores apontam que empresas com uma contabilidade gerencial estruturada obtiveram resultados mais favoráveis durante a crise (Garcia & Bezerra, 2020; Souza, Kachenski & Costa, 2021). Além disso, alguns trabalhos destacam como a pandemia acelerou a digitalização de processos, com ênfase no eSocial.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa analisou o impacto da pandemia de COVID-19 no emprego do setor contábil, utilizando dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). O objetivo foi observar as variações no nível de empregos ao longo do tempo e identificar os fatores que influenciaram essas mudanças. Por meio de uma abordagem quantitativa, descrevem-se as flutuações no emprego e explicam-se os efeitos da pandemia e suas consequências econômicas no mercado de trabalho contábil.

A base utilizada provém dos microdados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Para o período posterior a 2020, empregou-se o “Novo CAGED”, e para 2018 e 2019, o “CAGED Antigo”, acessado via “Base dos Dados”. Além disso, foram obtidas variáveis macroeconômicas (PIB e IPCA) por meio da API do Banco Central do Brasil. Todos os dados foram reunidos em uma única base, após limpeza, renomeação de variáveis e filtragem específica de ocupações com o prefixo de CBO “252”, classificadas como “Profissionais de Organização e Administração de Empresas e Afins”. O Quadro 1 abaixo sintetiza as principais variáveis utilizadas no estudo.

Quadro 1 – Variáveis da pesquisa

Variável	Descrição	Observações
Ano, Mês	Ano e mês de referência da movimentação no CAGED.	Agrupados para formar datas e identificar períodos pré e pós-pandemia.
Salário	Remuneração mensal do trabalhador.	Filtrada para valores > 0 e winsorizada nos quantis de 1% e 99% para reduzir outliers extremos.
Log do salário	Logaritmo natural de “salário”.	Controla variações elevadas na remuneração e facilita análise econométrica.
Saldo movimentação	Indica admissão (=1) ou demissão (= -1).	Permitiu o cálculo das admissões líquidas por mês.
Admissões líquidas (saldo)	Admissões líquidas: número total de admissões menos o total de demissões em determinado período.	Variável dependente nos modelos.
Profissional da contabilidade	Dummy: 1 para contadores, auditores, peritos, auxiliares (CBO começando por 252210, 252205, 252215, 413110).	Identifica o grupo de tratamento na análise de Diferenças em Diferenças.
Pandemia	Dummy: 1 a partir de março de 2020, 0 antes disso.	Marca o período de tratamento temporal.
Idade, idade ²	Idade do trabalhador e seu quadrado.	Restringido a 18–65 anos. O quadrado capta efeito não linear de idade.
Homem, Mulher	Identificadores de sexo.	homem = 1, 0, caso contrário; mulher = 1, 0, caso contrário.
Branco, não branco	Dummies para cor/raça (2 = branco; 1,4,6,8 = não branco).	Possíveis diferenças regionais e de setorialização.

PIB, IPCA	Indicadores macroeconômicos: PIB e inflação.	Obtidos pela API do Banco Central, agregados por ano.
Norte, Nordeste, Sul, Centro-Oeste, Sudeste.	Dummies de região.	Determinadas a partir do código "UF".
Capital	Indica se o município em questão é capital de estado.	Criada por meio de uma lista de códigos IBGE.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para avaliar o impacto da pandemia no saldo de empregos de contadores, adotou-se o modelo de Diferenças em Diferenças (DiD). Nessa abordagem, os profissionais contábeis compõem o grupo de tratamento, enquanto outros profissionais de organização e administração de empresas (exceto contadores) formam o grupo de controle. Formalmente, o modelo pode ser representado como:

$$\text{adm_liq}_{it} = \beta_0 + \beta_1(\text{pandemia}_t) + \beta_2(\text{contador}_i) + \beta_3(\text{pandemia}_t \times \text{contador}_i) + \gamma X_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde:

Admissões Líquidas (variável dependente): Representa o saldo de admissões e demissões no setor contábil em um determinado período. Essa variável nos ajuda a entender como o mercado de trabalho contábil foi impactado durante e após a pandemia.

Pandemia (variável independente dummy): Variável binária (0 ou 1) que representa a presença ou ausência da pandemia no período. É igual a 1 para os meses em que a pandemia estava em vigor (março de 2020 em diante) e 0 para os meses anteriores. O objetivo é capturar o impacto direto da pandemia no setor contábil.

contador_i (variável independente dummy): Variável binária (0 ou 1) que representa 1 para profissionais de contabilidade e 0 para não contadores.

pandemia_t × contador_i é a interação que capta o efeito adicional da pandemia sobre o grupo de contadores. Estamos interessados em entender como o efeito da pandemia varia especificamente para o grupo de contadores.

γX_{it} são as variáveis de controle (log remuneração, idade, idade², cor, sexo, região, PIB, IPCA, capital etc.) incluídas no modelo para isolar o efeito das variáveis de interesse.

Erro (ε_i): Componente aleatório do modelo que captura os efeitos de fatores não incluídos nas variáveis independentes.

Os dados compreendem o período de março de 2020 a dezembro de 2023, englobando o início, desenvolvimento e o início da recuperação da pandemia. A escolha do CAGED se deve ao fato de que ele oferece um panorama claro de admissões e demissões no mercado formal, essenciais para avaliar as flutuações no emprego.

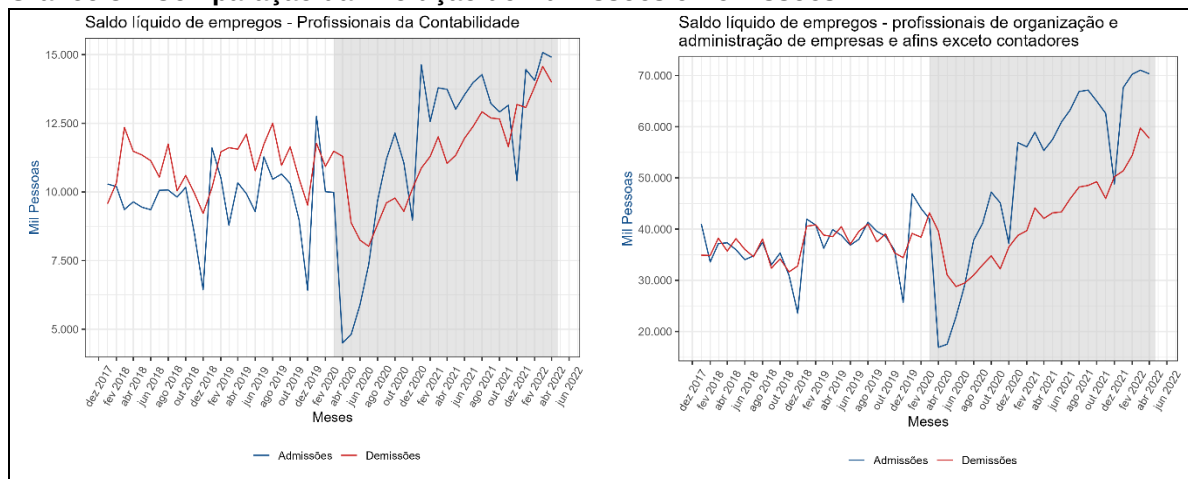
Para reforçar a confiabilidade dos resultados, adotaram-se duas estratégias de robustez. Primeiro, empregaram-se erros-padrão robustos (HC3), que permitem lidar com a heteroscedasticidade e manter a consistência das estimativas mesmo na presença de variância não constante dos resíduos. Em segundo lugar, realizou-se a checagem de retas paralelas, verificando visualmente se as tendências de saldo de admissões líquidas antes do período de pandemia eram semelhantes entre contadores e não contadores, além de estimar modelos com variáveis "lead" para detectar possíveis impactos antecipados. Esse procedimento é essencial para validar o pressuposto de tendências paralelas, pilar básico da metodologia de Diferenças em Diferenças.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, são apresentados dois gráficos que mostram as movimentações de admissões e demissões de profissionais de contabilidade e de outros profissionais de organização e administração. Com eles, é possível identificar as variações, as diferenças em termos de volume absoluto e os saldos de movimentações. Ao colocá-los lado a lado, a

clareza visual permite comparar as tendências de cada grupo de forma mais intuitiva, destacando possíveis semelhanças. Essa comparação possibilita observar, de maneira objetiva, como cada grupo respondeu a choques conjunturais, como a pandemia, e deduzir a existência de padrões distintos de admissões e demissões entre os grupos.

Gráfico 3 – Comparação da Evolução de Admissões e Demissões



Fonte: Elaborado a partir dos dados CAGED (2024).

A priori, ambos os gráficos apresentam oscilações ao longo do tempo e refletem o impacto da pandemia. Em termos de escala e comportamento dos saldos, as diferenças são evidentes na quantidade absoluta de movimentações: para profissionais de contabilidade, os valores variam entre 5 mil e 15 mil, enquanto, para outros profissionais de organização e administração, atingem até 70 mil no auge. Essa discrepância pode ser explicada pela maior diversidade de oportunidades disponíveis para o segundo grupo, resultando em números absolutos mais elevados.

Outra distinção é que, em vários momentos, o número de demissões de profissionais de contabilidade iguala ou supera o de admissões, aumentando o risco de saldos negativos. Já os profissionais não contadores, apesar de uma queda inicial durante a pandemia, mantêm, na maior parte do tempo, admissões acima das demissões, resultando em saldos líquidos positivos com maior frequência. Essa diferença no volume e na direção das movimentações entre os grupos destaca a maior vulnerabilidade dos contadores quanto à manutenção de seus postos de trabalho.

Dessa forma, os saldos líquidos para profissionais de contabilidade divergiram dos resultados apresentados por Araujo e Silva (2021) e Garcia e Bezerra (2020), nos quais os saldos foram positivos devido ao aumento da demanda. Essa diferença pode ser explicada pela área geográfica em que os escritórios estão localizados, pela concentração de empresas nessas regiões ou pelos serviços que os escritórios ofertam.

A Tabela 1 apresenta estatísticas descritivas comparando profissionais de contabilidade com profissionais de organização e administração de empresas não contadores. São quantificados os saldos líquidos de ambos os grupos, com a média dos contadores exibindo valores negativos, enquanto o grupo de não contadores apresenta valores positivos. Isso indica que, no período analisado, os contadores tiveram um número maior de demissões em comparação com admissões.

Por outro lado, a média salarial (R\$ 4.226,48 vs. R\$ 3.483,32) e a idade média (34,21 vs. 32,83 anos) dos contadores são superiores às do outro grupo. Vale destacar que estudos como Araujo e Silva (2021) e Alvarenga *et al.* (2020) apontam que os escritórios aceitaram reduzir honorários e conceder descontos aos clientes, o que pode ter impactado também a remuneração dos contadores.

Tabela 1 - Estatísticas Descritivas: Contadores vs. Não Contadores

Variável	Contadores					Não Contadores				
	Mín.	Média	Mediana	Máx.	DP	Mín.	Média	Mediana	Máx.	DP
Admissões líquidas	-6.796,0	-292,50	-316,00	3.760	1.855,30	-22.676,	5.927,87	2.056	18.664	8.903,99
Pandemia	0,00	0,41	0,00	1,00	0,492	0,00	0,441	0,00	1,00	0,496
Profissional da contabilidade	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário	852,29	4.226,48	3.211	18.000	3.146,56	852,29	3.483,32	2.600	18.000	2.802,41
Log do salário	6,74	8,15	8,07	9,79	0,59	6,75	7,92	7,86	9,79	0,65
Idade	18,00	34,21	33,00	65,00	8,83	18,00	32,83	31,00	65,00	8,98
idade2	324,00	1.248,63	1.089,00	4.225	679,28	324,00	1.157,77	961,00	4.225,00	665,12
Branco	0,00	0,296	0,00	1,00	0,45	0,00	0,269	0,00	1,00	0,44
Não branco	0,00	0,517	1,00	1,00	0,5	0,00	0,533	1,00	1,00	0,49
Homem	0,00	0,456	0,00	1,00	0,49	0,00	0,324	0,00	1,00	0,46
Mulher	0,00	0,544	1,00	1,00	0,49	0,00	0,676	1,00	1,00	0,46
PIB	153,26	170,30	170,55	180,29	4,95	153,26	170,56	170,55	180,29	5,05
IPCA	0,150	0,806	0,73	1,350	0,43	0,15	0,810	0,730	1,350	0,41
Capital	0,00	0,292	0,00	1,00	0,45	0,00	0,295	0,00	1,00	0,45
Norte	0,00	0,030	0,00	1,00	0,17	0,00	0,036	0,00	1,00	0,18
Nordeste	0,00	0,099	0,00	1,00	0,29	0,00	0,092	0,00	1,00	0,28
Sul	0,00	0,158	0,00	1,00	0,36	0,00	0,155	0,00	1,00	0,36
Centro-oeste	0,00	0,057	0,00	1,00	0,23	0,00	0,071	0,00	1,00	0,25
Sudeste	0,00	0,639	1,00	1,00	0,48	0,00	0,622	1,00	1,00	0,48

Fonte: Elaborado a partir dos dados CAGED (2024).

Outro ponto a ser observado é que as diferenças entre os grupos em relação à raça/cor são pouco expressivas, com estatísticas semelhantes. No entanto, há um contraste relevante: enquanto os contadores recebem, em média, salários mais altos, o saldo líquido de empregos é menor. Isso destaca a necessidade de analisar outros fatores, como indicadores macroeconômicos (PIB e IPCA), a região de atuação e características individuais (idade, gênero e raça), para compreender melhor as dinâmicas do mercado de trabalho.

A seguir, Tabela 2, que sintetiza os resultados do modelo de Diferenças em Diferenças (DiD). Nessa especificação, os profissionais de Contabilidade compõem o grupo de tratamento e não contadores são o grupo de controle, enquanto a pandemia atua como marco do “tratamento” temporal.

Tabela 2 – Estimadas Diferenças-em-Diferenças.

Variáveis	Estimativas
(Intercepto)	-80747,56*** (142,72)
pandemia	4546,84*** (8,47)
Profissional da contabilidade	-3446,46*** (5,22)
Log salário	-120,71*** (4,89)
Idade	-59,25*** (2,08)
Idade2	0,59*** (0,03)
Branco	-3397,58*** (6,33)
Homem	58,52*** (6,06)
PIB	520,79*** (0,79)
IPCA	-2300,17*** (6,02)
Capital	2982,60*** (8,31)
Norte	-837,29*** (16,64)
Nordeste	-722,45*** (10,52)
Sul	427,30*** (8,09)
Centro-oeste	-404,51*** (12,15)
Pandemia × Profissional da contabilidade	-5767,72*** (10,43)
Num,Obs,	5056096
F-Statistic	241904,08
p-value (F-Test)	0,00
Erro padrão Robusto	HC3

Fonte: Dados obtidos a partir do CAGED (2024).

Legenda: * p < 0,1 , ** p < 0,05 , *** p < 0,01.

O método de Diferenças em Diferenças (DiD) é utilizado para avaliar o impacto de um "tratamento" (neste caso, a pandemia) sobre um grupo de interesse (profissionais de contabilidade), comparando-o com um grupo de controle (não contadores). A Tabela 2 evidencia que a pandemia afetou o mercado de trabalho de forma heterogênea entre contadores e não contadores, um padrão semelhante ao observado em outros setores econômicos, conforme destacado por Russo e Corseuil (2021).

O coeficiente positivo na variável "pandemia" indica que, no que se refere ao grupo de referências (não contadores), houve, em média, um acréscimo de vagas líquidas no período posterior a março de 2020, reforçando a ideia de que, no geral, os saldos líquidos para esse grupo permaneceu mais positivo que negativo, mesmo levando em consideração controles como região, salário, idade e condições macroeconômicas. Em outras palavras, a pandemia não apenas não reduziu o saldo de admissões, mas acabou apresentando resultados mais favoráveis do o período anterior da pandemia.

Na variável Profissional da contabilidade", o sinal negativo e estatisticamente significativo indica que, historicamente, os contadores já apresentavam desvantagem no saldo de empregos. A variável Pandemia x Profissional da contabilidade" reforça essa situação, com um valor negativo e estatisticamente significativo a 1%. Isso sugere que, enquanto o grupo de controle (não contadores) parece ter sido beneficiado ou, pelo menos, não prejudicado pela pandemia, os profissionais de contabilidade enfrentaram uma queda adicional — aproximadamente 5.768 vagas líquidas a menos do que o esperado caso tivessem seguido a mesma tendência dos demais profissionais. Esse resultado sugere um enfraquecimento no mercado de trabalho para profissionais da área contábil, possivelmente influenciado por mudanças estruturais, como a automação de tarefas contábeis e ajustes de custos nas empresas, além do contexto da crise sanitária.

Nas variáveis de controle, log salário tem um efeito negativo sobre o saldo líquido, em outras palavras, para cada aumento de 1 unidade no log salário, o saldo líquido de empregos diminui em 120,71 unidades. Essa relação sugere que empregos com salários mais altos, por terem custos de contratação e folha salarial maiores ou uma menor rotatividade, apresentam uma menor criação líquida de empregos. Em parte, pode significar também que, em mercados que pagam melhor, a movimentação (admissão menos demissão) é menos intensa, pois se trata de posições mais estáveis.

A variável "branco" exibe um coeficiente negativo e estatisticamente significativo ao nível de 1%, isso sugere que, mesmo após considerar fatores como região, salário e idade, o saldo de vagas tende a ser menor em locais com maior presença de trabalhadores brancos. Esse resultado pode estar relacionado a particularidades do setor ou da região que ainda não foram totalmente analisadas. Além disso, o coeficiente para "homem", embora pequeno, indica uma leve vantagem dos homens no saldo de contratações em comparação às mulheres, mesmo após o controle das demais variáveis, o que pode estar associado a diferenças nas ocupações desempenhadas.

Em relação aos fatores macroeconômicos analisados, o PIB positivo confirma que o emprego acompanha o ciclo econômico, ou seja, o crescimento da economia gera mais vagas, conforme observado por Veloso e Filho (2022). Por outro lado, o IPCA negativo indica que a alta inflação pode dificultar o acesso ao crédito, reduzir investimentos e, conseqüentemente, limitar a criação de empregos.

O coeficiente alto e estatisticamente significativo para "capital" indica que as grandes cidades concentram mais oportunidades de trabalho, como era esperado, uma vez que a infraestrutura e a atividade econômica nesses locais favorecem a instalação e a concentração de empresas, ampliando a geração de empregos. Além disso, não apenas a presença em capitais, mas também a abrangência geográfica impacta positivamente a capacidade das empresas de lidarem com os efeitos da pandemia do coronavírus (Sehnm *et al.*, 2020).

As variáveis *dummies* regionais reforçam as disparidades na criação de empregos, com Norte, Nordeste e Centro-Oeste ficando atrás do Sudeste (categoria de referência), enquanto o Sul apresenta um desempenho superior ao Sudeste em termos de saldo de vagas. Isso pode ser explicado pela concentração de empresas nessas regiões e confirma a

existência de desequilíbrios regionais históricos e robustos no país, mesmo ao controlar fatores como PIB, IPCA e características da força de trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou investigar como a pandemia de COVID-19 impactou a empregabilidade no setor contábil no Brasil, analisando a influência da crise na criação e preservação de empregos na contabilidade, os desafios enfrentados pelos profissionais e as mudanças na demanda por serviços contábeis, por meio de uma abordagem quantitativa e econométrica, utilizando dados do CAGED junto de métodos estatísticos para inferência causal e o modelo Diferenças em Diferenças (DiD) que é amplamente utilizado para avaliar o impacto de políticas públicas e choques econômicos, pois permite isolar efeitos específicos ao controlar por tendências pré-existentes.

Os achados da pesquisa sugerem que os profissionais de contabilidade foram impactados pela pandemia de forma mais severa quando comparados ao demais Profissionais de Organização e Administração de Empresas e Afins, resultando em saldos líquidos negativos de empregos. A COVID-19 exacerbou a situação de um setor já fragilizado. Outros estudos, como os de Santos e Mota (2023), Araújo e Silva (2021) e Alvarenga et al. (2020), também destacam a redução de honorários, a concessão de descontos e a priorização da manutenção de uma carteira ativa de clientes, medidas que se tornaram essenciais para a sobrevivência dos negócios.

Este estudo diverge de pesquisas anteriores, como as de Garcia e Bezerra (2020) e Araújo e Silva (2021), que apontaram a ocorrência de contratações em escritórios de contabilidade. A revisão bibliográfica também revela que o setor contábil foi beneficiado de outras formas: o *home office* possibilitou a expansão geográfica, enquanto as mudanças no eSocial e a transformação digital impulsionaram o setor. Além disso, estudos como os de Souza, Kachenski e Costa (2021) e Garcia e Bezerra (2020) destacam que escritórios que ofereceram serviços gerenciais, acompanhamento e consultoria alcançaram um público maior e obtiveram resultados mais favoráveis, tanto para si próprios quanto para seus clientes.

Levando em conta a escassez de pesquisas que analisam a empregabilidade dos profissionais de contabilidade, especialmente em tempos de crise, este estudo busca contribuir para a academia ao oferecer uma perspectiva detalhada e específica, que pode servir como base para pesquisas futuras. Além disso, enriquece a literatura sobre crises econômicas e sanitárias e seus impactos, fornecendo dados empíricos que podem subsidiar o planejamento e o desenvolvimento de políticas públicas.

Para a comunidade contábil, este estudo contribui ao analisar e destacar decisões que, em meio à crise, favoreceram os profissionais da área, identificando oportunidades que os mantiveram ativos e os ajudaram a avançar, adaptando-se e se aperfeiçoando no contexto analisado. Além disso, oferece às organizações uma compreensão das demandas amplificadas e das principais preocupações dos escritórios e seus clientes durante esse período.

Este estudo apresenta algumas limitações. Em primeiro lugar, a comparação com outros profissionais de organização e administração pode não capturar totalmente as particularidades do setor contábil. Em segundo lugar, o escopo geográfico pode limitar a generalização dos resultados para regiões menos desenvolvidas economicamente. Por fim, o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) passou por mudanças metodológicas em 2020, resultando em diferenças entre as séries de dados antiga e nova.

Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se a comparação com outras categorias profissionais para capturar efeitos distintos, tanto positivos quanto negativos. Além disso, sugere-se que pesquisadores realizem um comparativo entre o período da pandemia e o atual, explorando como a transformação digital e a adoção de novas tecnologias, como inteligência artificial e automação, impactaram a empregabilidade e a demanda por serviços contábeis, identificando quais mudanças permaneceram e otimizaram o trabalho dos profissionais. Por fim, recomenda-se a inclusão de variáveis adicionais, como políticas

governamentais locais, diferenças culturais e fatores socioeconômicos, para enriquecer a análise e capturar nuances que possam influenciar os resultados.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, F. de O. et al. Profissionais Contábeis e a Crise Econômica instaurada pela Pandemia do COVID-19: um estudo na cidade de São João del-Rei–MG. In: **XVII CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, São Paulo**. 2020. Acesso em: 23 ago. 2024.

ARAUJO, Jose Danilo Cipriano de et al. O Impacto da Pandemia da COVID-19 na Estrutura e Funcionamento dos Escritórios de Contabilidade do Município do Rio de Janeiro. **Pensar Contábil**, 2022.

BARBOSA FILHO, F.; VELOSO, F. Mercado de Trabalho no Brasil: Evolução, Efeitos da Pandemia, Perspectivas e Propostas. 2022. Disponível em: https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/mercado_de_trabalho_e_politicas_publicas_final.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estabelecer medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 abr. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020. Conversão da Medida Provisória nº 936, de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jul. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14020.htm. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º abr. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv936.htm. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. Medida Provisória nº 938, de 2 de abril de 2020. Estipula que o valor do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios não seja inferior ao montante repassado no mesmo período do ano anterior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141397>. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. Medida Provisória nº 939, de 28 de abril de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Economia, no valor de R\$ 16 bilhões, para os fins que especifica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141398>. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. Medida Provisória nº 990, de 9 de julho de 2020. Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros pela União a estados, ao Distrito Federal e a municípios para enfrentamento da pandemia da COVID-19. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jul. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv990.htm. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. **Instrução Normativa nº 43, de 8 de junho de 2020.** Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas-revogadas/instrucao-normativa-no-43-de-8-de-junho-de-2020>. Acesso em: 26 ago. 2024

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *O que é CAGED.* Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/o-pdet/o-que-e-caged>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *O que é o novo CAGED.* Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/o-pdet/o-que-e-o-novo-caged>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Legislativo nº 6, de 2020.** Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DLG&numero=6&ano=2020&ato=b1fAzZU5EMZpWT794>. Acesso em: 26 ago. 2024

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 106, de 2020.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc106.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp173.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14017.htm. Acesso em: 07 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4923.htm. Acesso em: 07 set. 2024.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2006. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 jan. 2025.

DA COSTA, Fábio Moraes; DOS REIS, Danilo José Santana; TEIXEIRA, Arilda Magna Campagnaro. Implicações de crises econômicas na relevância da informação contábil das empresas brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 6, n. 2, p. 141-153, 2012. Acesso em: 1 out. 2024.

DUARTE, Tiaraju Salini; MARZULLO, Mateus; SCHUMANN, Eduardo. Muito além da pandemia: a história crise no mercado de trabalho formal e os impactos da COVID-19 nos empregos do Rio Grande do Sul. **Revista GEOgraphia**, v. 23, n. 51, 2021.

FRANÇA, Thais de Souza. O impacto da crise da Covid-19 na atividade contábil: um estudo de caso em um departamento pessoal de um escritório de contabilidade em São Luís-MA. 2022. Acesso: 11 jun. 2024.

FREDO, A. R. .; MOTTA, M. E. V. da .; CAMARGO, M. E. .; PRIESNITZ, M. C. . Transformação digital: a digitização da contabilidade. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 681–714, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i1.1542. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1542>. Acesso em: 3 mar. 2025.

GARCIA, Rafaella Medeiros; BEZERRA, Darlan Oliveira. A importância da contabilidade gerencial para pequenas e médias empresas em meio a pandemia do Covid-19. **Revista campo do saber**, v. 6, n. 2, 2020. Acesso em: 11 de jun. 2024.

JUNIOR, ALTAMIRO LACERDA DE ALMEIDA; ALVES, Beatriz Pereira Ferreira; DE SOUZA, Jaqueline Aparecida Bayonetta. Contabilidade: As primeiras percepções relacionadas à crise de COVID-19. **Revista Mythos**, v. 13, n. 1, p. 40-45, 2020. Acesso: 01 out. 2024.

LIMA, W. A importância da contabilidade na economia das empresas. **Economia & Pesquisa**, v. 2, n. 2, p. 79-93, 2000. Disponível em: https://feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v2_artigo06_importancia.pdf Acesso: 10 jan. 2025.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L.. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 4, p. 647–668, out. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Relatório técnico sobre o panorama do trabalho em tempos de COVID-19 no Brasil: Impacto da Pandemia da COVID-19 sobre o Mercado de Trabalho. 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/publications/brasil-impacto-da-pandemia-de-covid-19-sobre-o-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 22 ago. 2024.

Pandemia acelerou processo de transformação digital das empresas no Brasil, revela pesquisa: De acordo com o levantamento, essa antecipação do processo de Transformação Digital foi o equivalente ao esperado para o período de um a quatro anos. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pandemia-acelerou-processo-transformacao-digital-empresas-brasil-revela-pesquisa>. Acesso em 10 jan. 2025.

RIBEIRO, José. **Resposta à crise da COVID-19 e o apoio às micro, pequenas e médias empresas**. Organização Internacional do Trabalho, 16 jul. 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/resource/article/resposta-crise-da-covid-19-e-o-apoio-micro-pequenas-e-medias-empresas>. Acesso em: 11 mar. 2025. Acesso em: out. 2024.

SANTOS, Maria Odete Rodrigues; MOTA, Joaes dos Santos Oliveira. As mudanças nas rotinas de trabalho decorrentes do Covid-19 em escritórios de contabilidade na cidade de Floriano/PI. **CAFI**, v. 6, n. 1, p. 102-118, 2023.

SEHNEM, Simone et al. Capacidade de adaptação das empresas em um cenário de crise. **Revista Gestão Organizacional**, v. 14, n. 1, p. 33-53, 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). O impacto do Coronavírus nos pequenos negócios: pesquisa completa nº 2. 9 abr. 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/RqxxqF>. Acesso em: 14 set. 2024.

SOUZA, F. F.; KACHENSKI, R. B.; COSTA, F. Escritórios de contabilidade e sua relação com os clientes frente à crise da COVID-19. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [S. l.], v. 20, p. e3138, 2021. DOI: 10.16930/2237-766220213138. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3138>. Acesso em: 23 ago. 2024.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. 2006. Acesso em: 24 ago. 2024.